



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESPÍRITO SANTO
SUBSECRETARIA DO TESOURO ESTADUAL

Resultado do Tesouro Estadual

Janeiro/2013



Vitória, Fevereiro/2013

SECRETÁRIO DE ESTADO FAZENDA

Maurício Cezar Duque

SUBSECRETÁRIA DO TESOIRO ESTADUAL

Dineia Silva Barroso

GERENTE DE CONTABILIDADE

Fernando Hostt Neto

GERENTE DE FINANÇAS

Ricardo Silva Volkers

GERENTE DE CONTROLE DO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E DAS METAS FISCAIS

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

SUBGERENTE DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS METAS FISCAIS

Julio Cesar Moraes Arana

SUBGERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Angela Celina Hott Gomes

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Assessoria Técnica Fazendária

Marcos Antonio Bragatto

Pedro de Oliveira

Subgerência de Acompanhamento e Controle das Metas Fiscais

Roberto Paula de Freitas Campos

Rudisom Rodrigues de Paula

Subgerência da Dívida Pública

Alexandre Viana Gebara

Eliziane Bortolotti Lorenzon

Haroldo Alvarenga

Roger Pereira Ferreira

Rosangela Maria Vedoato

Subgerência de Informações Legais e Gerenciais

Alan Johanson

Fabiano Peixoto da Silveira

Henrique Simberg Valinhos

Marcia Galantini da Paixão

Miller Martins Bertolini

Raphael Moreto Neves

Silvia Salomão Zanotti

RESULTADO DO TESOIRO ESTADUAL é uma publicação mensal da Subsecretaria do Tesouro Estadual, elaborada pela Assessoria Técnica Fazendária e pela Gerência de Controle do Endividamento Público e das Metas Fiscais.

SUMÁRIO

1	Resultado Fiscal do Estado do Espírito Santo	4
1.1	Resultado Primário	4
1.2	Resultado Orçamentário	5
1.3	Resultado Nominal	5
2	Receita Total do Estado do Espírito Santo	6
3	Despesa Total do Estado do Espírito Santo.....	8
4	Dívida Pública do Estado do Espírito Santo.....	11
	ANEXOS.....	14
	TABELA A1: DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO.....	15
	TABELA A2: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS (R\$ Mil)	16
	TABELA A3: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DESPESAS (R\$ Mil)	18
	TABELA A4: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$ Mil)	19
	TABELA A5: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DO LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL SEGUNDO A LRF (R\$ Mil)	20
	TABELA A6: DISTRIBUIÇÃO DE ICMS, IPI, IPVA E ROYALTIES AS PREFEITURAS MUNICIPAIS NO MÊS DE JANEIRO/2013 (VALOR BRUTO – em R\$)	21

1 Resultado Fiscal do Estado do Espírito Santo

A presente seção trata de três conceitos de resultados mensais das contas de receitas e despesas do Estado, cujas definições e análises são demonstradas em cada um de seus tópicos.

Os resultados primário, orçamentário e nominal são determinados conforme metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Logo, esses resultados são derivados de receitas e despesas totais, incluindo aquelas vinculadas e as não-vinculadas.

1.1 Resultado Primário

O Resultado Primário consiste na diferença entre as receitas primárias, ou não financeiras, e as despesas não financeiras. Quando positivo, denomina-se de superávit primário, quando negativo, é conhecido como déficit primário. O superávit primário é a poupança para pagamento da dívida pública e também funciona como um indicador da capacidade de um ente público gerar recursos para fazer face aos seus compromissos financeiros.

Tabela 1: Resultado Primário - LRF - R\$ Mil

Discriminação do Resultado	jan/12	jan/13
Receita Primária Total	938.246	959.464
Receita Tributária	602.013	593.896
Receita de Contribuição	97.981	116.760
Transferências Correntes	208.233	221.227
Demais Receitas	30.019	27.581
Despesa Primária Total	573.430	633.539
Pessoal e Encargos Sociais	502.399	569.560
Outras Despesas Correntes	67.545	62.927
Despesas Primárias de Capital	3.485	1.052
Resultado Primário - LRF	364.817	325.925
Concessão de Empréstimos	176.004	114.215
Resultado Primário - LDO	188.813	211.710

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

De acordo com a Tabela 1, no conceito da LRF, o Estado obteve, em janeiro de 2013, superávit primário de R\$ 325,9 milhões, decorrente de receitas primárias de R\$ 959,5 milhões e despesas primárias de R\$ 633,5 milhões. Considerando o resultado primário no conceito da LDO¹ e abatendo-se o valor da concessão de empréstimos, de R\$ 114,2 milhões, conforme Tabela 1, o resultado primário de

janeiro de 2013 continua superavitário em R\$ 211,7 milhões, sendo, portanto, uma poupança superior à necessária para o pagamento de juros e amortização da dívida pública no mês.

¹ Segundo o qual, nas despesas primárias estão incluídas as inversões financeiras provenientes da concessão de empréstimo ao Fundap, ao mesmo tempo em que a receita do ICMS Fundap está incluída nas receitas primárias.

Resultado Primário
Resultado Orçamentário
Resultado Nominal

Superávit Primário –
janeiro/13 (LRF): **R\$ 325,9
milhões**

1.2 Resultado Orçamentário

O balanço orçamentário apresenta a receita orçamentária total realizada, em contrapartida à despesa orçamentária total liquidada, consolidadas, por todos os poderes e todas as fontes de recursos. Quando o resultado for positivo, denomina-se de superávit orçamentário, quando negativo, de déficit orçamentário.

Em janeiro de 2013, de acordo com a Tabela 2, o Estado obteve superávit orçamentário total de R\$ 202,3 milhões, enquanto este resultado no mesmo período do ano passado foi de R\$ 196,0 milhões. Observa-se que receitas e despesas ficaram em um nível próximo, nos dois períodos considerados.

Conforme mencionado, podemos observar no gráfico, a estabilidade das receitas, despesas e do resultado orçamentário em janeiro de 2013 em relação a janeiro de 2012. Tem-se que as receitas orçamentárias do Estado em janeiro de 2013 somaram R\$ 990,0 milhões, ao passo que em 2012 foram de R\$ 983,7 milhões. Já as despesas, em janeiro de 2013 e em janeiro de 2012 totalizaram R\$ 787,2 milhões.

Tabela 2: Resultado Orçamentário - R\$ Mil

Discriminação do Resultado	jan/12	jan/13
Receita Orçamentária Total	983.681	990.015
Receitas	895.524	886.943
Receita Tributária	602.013	593.896
Transferências Correntes	211.669	221.227
Receita de Capital	21.707	7.072
Demais Receitas	60.136	64.748
Receita Intraorçamentária	88.158	103.072
Receita de Contribuições	87.236	102.405
Demais Receitas	921	666
Despesa Orçamentária Total ¹	787.672	787.722
Despesas	677.571	663.620
Pessoal e Encargos sociais	392.414	445.760
Juros e Encargos da Dívida	14.101	11.534
Outras Despesas Correntes	67.429	62.625
Investimentos	3.485	1.052
Inversões Financeiras	176.004	114.215
Amortização da Dívida	24.137	28.434
Despesa Intraorçamentária	110.101	124.102
Pessoal e Encargos Sociais	109.985	123.800
Outras Despesas Correntes	116	302
Resultado Orçamentário - LRF	196.009	202.293

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

¹ Despesa Liquidada

Resultado Orçamentário –
janeiro/2013 : **R\$ 202,3**
milhões

1.3 Resultado Nominal

O resultado nominal visa medir a evolução da dívida fiscal líquida, que é determinada pela dívida consolidada menos a disponibilidade e haveres financeiros do Estado. No exercício financeiro em curso, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida na posição do último mês em análise e o saldo na posição do fim do ano anterior. Quando o resultado for positivo verifica-se um aumento da dívida e, quando negativo, uma redução da dívida.

Tabela 3: Resultado Nominal - LRF - R\$ Mil

Discriminação do Resultado	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/01/2013
Dívida Consolidada	5.095.951	5.076.036
Dívida Pública Contratual	4.330.273	4.310.358
Precatórios/Demais dívidas	765.678	765.678
Deduções	3.462.007	3.678.602
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.179.057	3.259.637
Demais Haveres Financeiros	482.864	495.434
(-) Restos a Pagar Processados	199.915	76.469
Dívida Consolidada Líquida	1.633.945	1.397.434
Passivos Reconhecidos	656.250	646.528
Dívida Fiscal Líquida	977.694	750.906
Resultado Nominal	-	-226.789

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

Observa-se na Tabela 3, que a dívida fiscal líquida reduziu em R\$ 226,8 milhões, passando de R\$ 977,7 milhões em 31/12/2012 para R\$ 750,9 milhões em 31/01/2013. A redução da dívida líquida foi determinada, no período, pelo aumento da disponibilidade de caixa e pela baixa de restos a pagar processados.

Redução de Dívida Fiscal Líquida:

-R\$ 226,8 milhões

2 Receita Total do Estado do Espírito Santo

A receita total, em janeiro de 2013, registrou queda real de -4,9% em relação a igual período de 2012. Com efeito, para análise das receitas que compõem o caixa do Tesouro, faz-se necessário avaliar o comportamento de seus principais itens, quais sejam: ICMS sem Fundap, IPVA, FPE, Cota-Parte IPI, Royalties do Petróleo e IRRF.

Tabela 4: Receita Total - R\$ Mil

Especificação	jan/12	jan/13	Variação Real (%)
Receita Total	980.246	990.015	-4,9
IRRF	22.459	25.773	8,1
IPVA	12.854	12.439	-8,8
ICMS	604.409	669.552	4,4
ICMS FUNDAP	258.599	175.446	-36,1
Cota-Parte FPE	81.435	87.009	0,7
Cota-Parte IPI	11.019	24.415	108,7
Royalties	21.031	30.959	38,7
Participação Especial	0	0	-
FUNDEB	70.575	70.843	-5,4
Operações de Crédito	6.138	7.071	8,5
Leilão FUNDAP	11.090	0	-
Outras Receitas	146.539	145.066	-6,7
Receitas Intra-Orçamentárias	88.158	103.072	10,1
Deduções - municípios	-238.674	-236.473	-6,7
Deduções - FUNDEB	-115.385	-125.156	2,2

Fonte: GECON/GECEM/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

No mês de janeiro de 2013, passou a vigorar a unificação das alíquotas de ICMS oriundo de operações interestaduais em 4%. A medida foi aprovada em 2012 e começou a ter vigência no início de 2013. Esta mudança repercutiu imediatamente sobre as receitas de ICMS do Estado decorrentes do Fundap. Observou-se uma queda de -36,1% em janeiro de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

No entanto, é válido salientar que as receitas de Royalties de petróleo e de gás apresentaram um crescimento real de 38% em relação ao mês de janeiro do ano anterior, em função do efeito da desvalorização do câmbio de 13%, que subiu de R\$1,79 para o patamar de R\$ 2,03 no período em tela. Mesmo com a queda da produção de petróleo e gás natural de aproximadamente 2% na comparação anual do mês de janeiro, que saiu da média de 414 mil bep/dia para 407 bep/dia, e com o efeito da queda de 1% do preço médio do barril tipo Brent, que finalizou com média mensal de 109,7 US\$/bbl, ainda sim o efeito da desvalorização cambial foi superior aos efeitos negativos do preço do petróleo e da produção total (petróleo e gás natural), sustentando o aumento significativo da referida receita.

Cabe ainda mencionar que as receitas de IRRF apresentaram crescimento real significativo no período, de 8,1%. Também a Cota-Parte IPI apresentou um crescimento de 108,7%, como efeito do decreto presidencial n.º 7.879 de 28/12/12, onde se estabeleceu a elevação gradativa até junho de importantes itens da pauta de produtos industrializados como veículos, móveis e linha-branca.

No entanto, a despeito do crescimento das receitas citadas, o efeito da queda de receitas de ICMS-Fundap foi superior ao crescimento destas receitas.

Em relação às categorias de receitas que compõem o ICMS, de acordo com a Tabela 5, a arrecadação do ICMS cresceu, em termos reais, 4,4% em janeiro de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Cumprir destacar, o bom desempenho das categorias indústria, energia elétrica e comércio exterior, com crescimento real de 13,3%; 6,9% e 151%, respectivamente.

Tabela 5: Categorias de ICMS - R\$ Mil

Especificação	jan/12	jan/13	Variação Real (%)
ICMS	604.409	669.552	4,4
Comércio	168.812	170.630	-4,8
Indústria	109.920	132.251	13,3
Energia Elétrica	62.707	71.137	6,9
Comunicação	46.278	45.085	-8,2
Transportes	19.928	20.627	-2,5
Substituição Tributária	134.790	146.369	2,3
Simplex Nacional	27.444	30.191	3,6
Comércio Exterior	12.192	32.490	151,0
Diversos	22.338	20.772	-12,4

Fonte: GECON/GECHEM/SEFAZ

Elaboração: GECHEM/SEFAZ

Variação Real em 2012:

- ICMS : **+4,4%**
- Royalties: **+38,7%**

3 Despesa Total do Estado do Espírito Santo

A seguir, apresentam-se os dados referentes às despesas do Estado no mês de janeiro de 2013 em comparação ao ano de 2012. Observa-se, em janeiro de 2013, uma queda real de -5,2%, das despesas ante 2012, se forem excluídas as despesas intraorçamentárias, esta queda é ainda maior, -8,8%

Chama a atenção, a queda das despesas relacionadas às inversões financeiras, categoria na qual se encontram as despesas relacionadas às concessões de empréstimos pelo mecanismo Fundap. Esta queda já era esperada, uma vez que em 2012 foi aprovada a unificação das alíquotas de ICMS de operações interestaduais de produtos importados em 4%. Adicionalmente, é importante mencionar o aumento real de 48,3% das despesas de dívidas refinanciadas em janeiro de 2013 comparativamente ao mesmo período do ano anterior, especialmente por conta dos pagamentos com a dívida do Estado relativa ao PASEP.

Tabela 6: Fluxo de Despesas - R\$ Mil

Especificação	jan/12	jan/13	Varição Real (%)
Despesas (Exceto Intraorçamentárias)	665.362	644.404	-8,8
Despesas Correntes	473.945	519.919	3,3
Pessoal e Encargos Sociais	392.414	445.760	7,0
Juros e Encargos da Dívida	14.101	11.534	-22,9
Outras Despesas Correntes	67.429	62.625	-12,5
Despesas de Capital	203.626	143.701	-33,5
Investimentos	3.485	1.052	-71,6
Inversões Financeiras	176.004	114.215	-38,9
Amortização da Dívida	24.137	28.434	11,0
Despesas Intraorçamentárias	110.101	124.102	6,2
Despesas Correntes	110.101	124.102	6,2
Pessoal e Encargos Sociais	109.985	123.800	6,0
Outras Despesas Correntes	116	302	145,1
Despesa com Refinanciamento*	12.209	19.216	48,3
Subtotal com Refinanciamento	787.672	787.722	-5,8
Superávit	196.009	202.293	-2,8
Total	983.681	990.015	-5,2

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

* Refere-se a amortizações de dívidas renegociadas e parcelamentos de tributos (Lei 9496; Lei 8727; INSS; Fundação Banestes e PASEP), que não são despesas de capital.

Adicionalmente, foi observada uma queda real das despesas liquidadas de investimentos em janeiro de 2013 em relação a janeiro de 2012, de -71,6%. Este evento pode ser explicado devido ao fato de que a promulgação do decreto de Programação Financeira ocorreu em um período posterior ao decreto do ano anterior. Naturalmente, é esperado que o volume de investimentos liquidados aumente no decorrer do ano, na medida em que os projetos são executados e os contratos operacionalizados.

Passando para a avaliação de despesa global, realizada com recursos de caixa do Tesouro, de todos os poderes, por categorias, observamos que em janeiro de 2013, o Estado liquidou em média 6,1% dos recursos relacionados aos grupos listados abaixo na Tabela 7. Inicialmente, a despesa total com recursos de caixa foi orçada no montante de R\$ 7.821,8 milhões. Verifica-se que no período não houve suplementação de crédito orçamentário.

Tabela 7: Recursos de Caixa – Todos os poderes - até janeiro de 2013

Os percentuais de execução mais altos até o momento são os de pessoal e encargos e da dívida pública, que atingiram a marca de 8,6% e 5,7% do total previsto para o ano, respectivamente.

Grupo de Despesa	Autorizada (R\$ Milhões)	Empenhada (R\$ Milhões)	Liquidada (R\$ Milhões)	% de Liquidização
Pessoal e Encargos	4.573,8	2.059,5	394,1	8,6
Dívida Pública	701,1	585,3	40,0	5,7
Outros Desp. Correntes	2.027,8	367,3	45,1	2,2
Investimento	519,1	55,1	1,0	0,2
Total	7.821,8	3.067,2	480,2	6,1

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

Haja vista a importância de despesas relacionadas a pessoal empregado na administração pública, o gráfico seguinte apresenta a evolução mensal da folha de pagamento² do Poder Executivo, de janeiro de 2010 até janeiro de 2013:

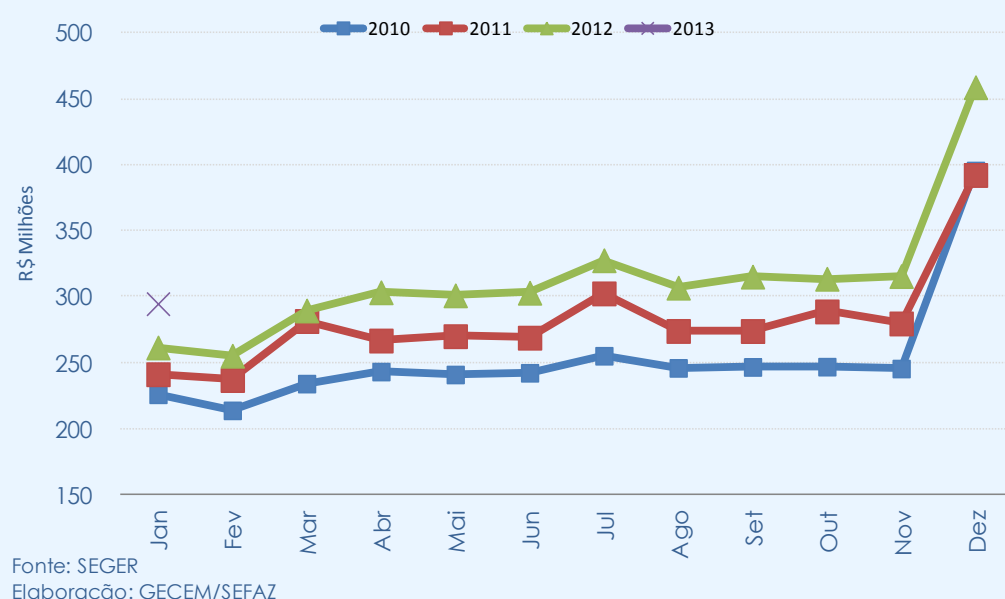
No comparação mensal, destaca-se o crescimento nominal médio de 12,7% da folha de 2013 sobre a folha de 2012. Observa-se também uma queda significativa das despesas com pessoal em janeiro de 2013 em relação a dezembro de 2012, decorrente principalmente do abono no valor de R\$ 700,00 para todos os servidores do Poder Executivo, pagamento do 13º Salário e Férias dos DT's do Magistério, Saúde e Segurança Pública, aumento do pagamento de INSS Patronal (Ativos), decorrente da previdência do 13º salário, vencível em dezembro de cada exercício, aumento do pagamento de contribuição patronal ao IPAJM (Ativos), face à remuneração por subsídio dos servidores da SESA, promoções, progressões, 13º Salário Proporcional para os ingressantes na folha no decorrer do ano e outros (Gráfico 3).

² 1) Os dados compreendem valores das Folhas da Administração Direta e Autarquias com e sem recursos, com encargos sociais patronais (INSS, FGTS, IPAJM e outros regimes previdenciários) e valores devidos retroativamente.

2) Não incluem valores de estagiários, médicos residentes, auxílio alimentação e abate teto.

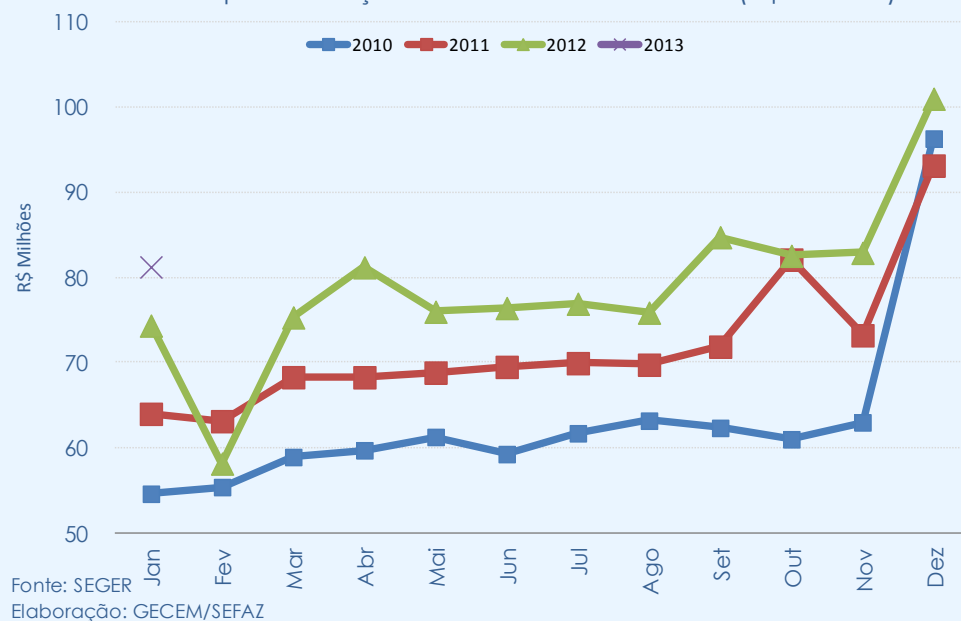
3) Não contemplam despesas de pessoal com ressarcimentos, terceirizações e cooperativas médicas.

Gráfico 3 - Total da Folha de Pagamento (R\$ milhões)



A complementação previdenciária refere-se ao montante que o Tesouro Estadual destina ao Fundo Financeiro para o pagamento das aposentadorias e pensões. Conforme demonstrado no Gráfico 4, esse componente da despesa de pessoal merece uma avaliação à parte, visto que sua evolução, desde janeiro de 2010, é superior ao reajuste geral dos servidores, e será assim também para os próximos exercícios, em função do aumento do quantitativo de aposentadorias. Enquanto a folha de pagamento, sem a complementação, aumentou 9,3% em janeiro de 2013 relativamente a janeiro de 2012, o valor da complementação previdenciária cresceu 14,1% nesse mesmo período.

Gráfico 4 - Complementação Previdenciária - Tesouro (R\$ milhões)



Do montante de R\$ 294,6 milhões da folha de pagamento do mês de janeiro de 2013, o valor de R\$ 81,2 milhões refere-se à complementação previdenciária. Vale frisar que, ao se aposentar, o servidor passa a pagar menos contribuição ao Fundo Financeiro, já que o desconto incide apenas sobre a parcela de sua remuneração que excede ao teto do regime geral da previdência, o que consequentemente gera para o Tesouro uma contribuição previdenciária maior a cada mês.

4 Dívida Pública do Estado do Espírito Santo

A dívida pública do Estado (exceto precatórios e dívida flutuante), apresentada na Tabela 8, revela que o saldo devedor em 31/12/2012 é da ordem de R\$ 4.330,3 milhões. Esse montante é proveniente de parcelamento de dívidas previdenciárias, contratos de operações de crédito internas e externas e do refinanciamento da dívida com a União, o qual, individualmente, representa o principal componente da dívida.

Em janeiro de 2013, a dívida pública contratual interna representou 91,5% do total da dívida pública contratual, enquanto a dívida contratual externa, 8,3%. Em relação ao parcelamento de dívidas, o FGTS representou apenas 0,2%. Observa-se que a dívida referente aos parcelamentos corresponde a R\$ 646,5 milhões, ou 15% da dívida contratual interna.

Tabela 8: Posição da Dívida Contratual - R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/01/2013	(%)
Dívida Pública Contratual	4.330.273	4.310.358	100,0
Parcelamento de Dívidas	6.386	9.805	0,2
INSS/FGTS	6.386	9.805	0,2
Dívida Contratual Interna	3.959.355	3.944.898	91,5
CEF	173.499	184.291	4,3
BNDES	953.321	950.242	22,0
União - Refinanciamento	1.960.513	1.952.663	45,3
Baneses	222.157	220.979	5,1
Parc. Especial - INSS + PASEP	649.864	636.722	14,8
Dívida Contratual Externa	364.533	355.655	8,3
BID	171.736	168.066	3,9
BIRD	192.796	187.588	4,4

Fonte: GECON/GECEM/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

Em seguida, apresentamos na Tabela 9, os pagamentos de amortizações, juros e encargos da dívida pública no mês de janeiro de 2013, pelo regime de competência. No mês, foram pagos R\$ 39,8 milhões.

Tabela 9: Pagamentos da Dívida Realizados/2013 - R\$ Mil

Descrição da Dívida	Janeiro
Dívida Pública Contratual	39.838
Parcelamento de Dívidas	237
INSS/FGTS	237
Dívida Contratual Interna	32.913
CEF	136
BNDES	4.503
União - Refinanciamento	14.597
BANESES	3.733
Parc. Especial - INSS + PASEP	9.945
Dívida Contratual Externa	6.687
BID	6.687
BIRD	-

Fonte: GECEM/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

5 Lei de Responsabilidade Fiscal

Inicialmente, será demonstrado o comportamento das receitas que compõem o principal instrumento de análise do cumprimento dos limites impostos pela LRF e pela Constituição Federal. De acordo com dados da Tabela 10, a Receita Corrente Líquida (RCL), atingiu, em janeiro de 2013, o montante de R\$ 865,1 milhões, o que representa 8,4% da meta prevista inicialmente.

Tabela 10: Receita Prevista x Receita Realizada - R\$ Mil

Especificação	2013			
	Prevista Inicial	Realizada até Janeiro	Provável no Ano	% de Realização
Receita Corrente Líquida	10.266.291	865.153	10.266.291	8,4
Receita Líquida Resultante de Impostos	7.900.739	783.159	7.900.739	9,9

Fonte: GECON/GECEM/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

A RCL funciona como denominador para o aferimento dos limites de seu comprometimento em relação às despesas de pessoal e ao endividamento, quando se analisa a Dívida Consolidada Líquida em termos proporcionais, conforme requerido pela LRF.

A Tabela 11 apresenta os limites legais e máximos, que o Estado está obrigado a atender no encerramento do exercício financeiro. Verifica-se na posição de janeiro de 2013, indicadores abaixo dos limites máximos, sobre a receita corrente líquida, tanto para gastos com pessoal, quanto para endividamento público.

Tabela 11: Realização de Receitas - R\$ Mil

Especificação	jan/13		2013
	Valores Efetivos	% Efetivo Limites	Teto / Mínimo
Receita Corrente Líquida	865.153	-	-
Limite Prudencial - Pessoal Executivo (até 46,5%)	291.948	33,7	4.773.825
Limite Máximo - Pessoal Executivo (até 49%)	291.948	33,7	5.030.483
Saldo Devedor da Dív. Consolidada Líquida (até 200%)	1.397.434	13,6	20.532.582
Operação de Crédito no Exercício (até 16%)	1.595.804	15,5	1.642.607
Receita Líquida Resultante de Impostos	783.159	-	-

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

Por fim, a Tabela 12, no conceito da LRF, demonstra o comprometimento da despesa líquida com pessoal do Poder Executivo sobre a RCL, e sua comparação aos limites, máximo e prudencial, fixados legalmente. Em janeiro de 2013, o percentual efetivo foi de 36,6%, inferior, portanto, ao limite máximo de 49% e também ao limite prudencial de 46,5%.

Tabela 12: Despesa de Pessoal do Poder Executivo/RCL - R\$ Mil

Período	Desp. de Pessoal	RCL Total	Desp. Pessoal/RCL (%)	RCL s/Fundap	Desp. Pessoal/RCL (%)
Últimos 12 meses	3.995.895	10.921.780	36,6	9.466.412	42,2
jan/13	291.948	865.154	33,7	750.939	38,9
Limite Máximo da RCL (%)	49,0		Limite Prudencial da RCL (%)		46,5

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

ANEXOS

TABELA A1: DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO SEGUNDO A LRF

TABELA A2: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS

TABELA A3: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DESPESAS

TABELA A4: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

TABELA A5: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DO LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL SEGUNDO A LRF

TABELA A6: DISTRIBUIÇÃO DE ICMS, IPI, IPVA E ROYALTIES AS PREFEITURAS MUNICIPAIS NO MÊS DE JANEIRO/2013 (VALOR BRUTO)

TABELA A1: DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO SEGUNDO A LRF (R\$ Mil)

RECEITAS PRIMÁRIAS	Fevereiro/2012	Março/2012	Abril/2012	Mai/2012	Junho/2012	Julho/2012	Agosto/2012	Setembro/12	Outubro/12	Novembro/12	Dezembro/12	Janeiro/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	1.066.270	906.834	914.926	1.176.736	943.528	926.520	1.159.344	940.675	963.575	1.263.365	1.072.860	959.464
RECEITA TRIBUTÁRIA	483.282	533.054	543.120	532.362	568.887	555.379	524.606	588.959	551.507	592.018	586.310	593.896
ICMS	421.143	457.227	443.395	427.654	482.887	460.518	429.477	501.948	462.191	509.459	486.588	529.117
ICMS (Valor Bruto)	680.443	736.824	707.990	685.160	771.846	741.409	701.795	802.216	753.219	816.660	799.084	844.986
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	87.617	93.006	84.887	83.248	93.840	93.139	93.139	97.338	99.964	100.911	107.793	102.370
(-) Transferências aos Municípios	171.683	186.591	179.708	174.258	195.119	187.751	179.179	202.930	191.065	206.289	204.703	213.499
IPVA	4.946	13.275	39.214	41.610	16.702	10.174	7.157	4.437	4.419	2.255	1.274	4.188
IPVA (Valor Bruto)	12.377	33.193	98.036	104.022	41.755	25.491	17.890	11.040	11.215	7.114	5.575	12.431
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	1.239	3.323	9.804	10.402	4.176	2.553	1.789	1.100	1.191	723	746	1.374
(-) Transferências aos Municípios	6.193	16.595	49.019	52.010	20.878	12.764	8.944	5.502	5.605	4.136	3.555	6.869
ITCD	1.510	2.126	1.853	1.768	1.913	2.241	2.432	2.025	2.483	2.592	2.359	1.358
ITCD (Valor Bruto)	1.897	2.674	2.327	2.222	2.398	2.818	3.053	2.549	3.120	3.253	2.959	1.706
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	386	548	474	454	484	578	620	525	637	661	600	348
IRRF	26.291	31.627	30.833	32.376	35.997	35.500	35.414	34.554	34.067	34.512	60.897	25.773
Outras Receitas Tributárias	29.392	28.799	27.825	28.955	31.388	46.945	50.125	45.995	48.346	43.201	35.193	33.459
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	110.467	125.810	144.500	131.479	136.719	139.488	137.689	140.971	178.335	103.613	214.206	116.760
Receita Previdenciária	110.467	125.810	144.500	131.479	136.719	139.488	137.689	140.971	178.335	103.613	214.206	116.760
Outras Receitas de Contribuições	0	0	(0)	0	0	-	0	(0)	(0)	(0)	-	-
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	3.663	3.918	3.897	3.902	3.976	3.882	3.896	3.571	3.554	3.564	3.440	3.556
Receita Patrimonial	37.973	31.542	41.571	31.223	23.086	35.348	34.357	34.666	39.614	25.359	33.414	27.035
(-) Aplicações Financeiras	34.311	27.624	37.673	27.320	19.110	31.466	30.461	21.095	35.060	21.794	29.973	23.479
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	446.091	220.815	198.460	478.289	205.078	191.248	481.493	182.594	199.573	531.066	221.719	221.227
FPE	55.687	76.661	67.455	75.444	64.380	48.077	53.082	46.419	49.276	66.605	75.284	69.607
FPE (Valor Bruto)	69.584	95.826	84.319	94.305	80.475	60.096	68.315	58.024	61.595	83.256	94.105	87.009
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	13.917	19.165	16.864	16.095	12.019	13.263	11.605	12.319	16.651	18.221	18.821	17.402
IPI	13.812	12.302	13.053	14.774	13.199	12.308	13.605	13.758	13.298	13.462	15.458	14.649
IPI (Valor Bruto)	23.019	20.503	21.755	24.624	21.998	20.514	22.931	22.674	22.163	22.437	25.764	24.415
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	3.453	3.075	3.263	3.694	3.300	3.077	3.401	3.440	3.324	3.366	3.865	3.662
(-) Transferências aos Municípios	5.755	5.126	5.439	6.156	5.500	5.129	5.669	5.733	5.541	5.609	6.441	6.104
LEI 87/96	4.157	4.157	4.157	4.157	4.157	4.157	4.157	-	8.313	4.157	4.157	-
LEI 87/96 (Valor Bruto)	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	-	10.392	5.196	5.196	-
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	-	2.078	1.039	1.039	-
Convênios	1.193	903	1.701	1.235	1.379	1.379	2.083	3.498	9.455	6.090	(1.214)	1.901
Outras Transferências Correntes	371.262	126.793	112.094	382.636	122.108	125.327	388.597	118.918	119.231	440.752	128.035	135.070
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	22.767	23.238	24.948	28.868	36.524	31.660	24.581	20.605	33.102	47.185	47.185	24.025
Dívida Ativa	4.751	5.179	5.765	5.011	4.088	4.832	6.476	4.775	5.238	4.302	5.876	4.021
Diversas Receitas Correntes	18.016	18.059	19.184	25.693	24.779	31.692	25.184	19.807	25.368	28.800	41.309	20.005
RECEITAS DE CAPITAL (II)	45.038	17.942	12.873	11.456	15.280	25.656	17.075	17.562	15.615	28.293	866.526	7.072
Operações de Crédito (III)	26.828	229	75	-	3.392	4.644	5.443	4.374	5.012	6.626	854.561	7.071
Amortizações de Empréstimos (IV)	17.303	16.211	10.138	10.081	11.666	10.516	10.427	11.487	9.756	10.910	11.191	-
Alienação de Bens (V)	905	86	0	1.140	8	1.055	3	808	303	13	10	1
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	1.415	2.652	233	214	9.441	1.202	893	544	10.744	764	-
Convênios	-	1.415	2.338	233	887	9.441	1.202	893	544	10.744	764	-
Outras Transferências de Capital	-	-	1.414	-	(672)	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2	0	8	2	-	-	-	0	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2	1.416	2.660	235	214	9.441	1.202	893	544	10.744	764	0
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	1.066.272	908.250	917.586	1.176.971	943.743	935.961	1.160.546	941.569	964.119	1.274.108	1.073.624	959.464
DESPESAS PRIMÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41
DESPESAS CORRENTES (VIII)	626.650	736.531	728.923	788.322	759.785	831.100	784.695	785.627	814.501	818.949	1.123.459	644.021
Pessoal e Encargos Sociais	467.841	499.622	528.193	542.447	525.733	571.798	535.968	540.737	549.108	558.521	767.613	569.560
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.843	14.301	13.676	10.900	13.752	14.578	11.178	14.082	13.758	12.354	13.911	11.534
Outras Despesas Correntes	147.966	222.608	187.054	234.974	220.301	244.724	237.550	230.808	251.635	248.073	341.935	62.927
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	147.966	222.608	187.054	234.974	220.301	244.724	237.550	230.808	251.635	248.073	341.935	62.927
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	615.807	722.230	715.247	777.422	746.034	816.522	773.517	806.543	806.595	806.595	1.109.548	632.487
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	230.129	179.358	185.159	220.262	203.276	220.235	256.594	176.657	273.173	220.785	600.497	143.701
Investimentos	35.619	55.768	51.816	64.774	61.875	67.079	59.945	101.201	126.706	87.711	189.137	1.052
Inversões Financeiras	170.839	100.750	108.736	134.530	121.918	122.691	131.642	94.538	121.577	106.246	183.106	114.215
Concessão de Empréstimos (XII)	166.839	100.395	98.509	114.078	101.343	111.627	115.927	93.204	118.430	105.379	111.293	114.215
Aquisição de Títulos de Capital já Integralizado (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	4.000	356	10.227	20.451	20.574	11.064	15.715	1.334	3.146	867	71.814	-
Amortização da Dívida (XIV)	23.671	22.840	24.607	20.958	19.483	30.465	23.750	26.173	24.890	26.828	228.254	28.434
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	39.619	56.124	62.043	85.225	82.450	78.143	116.917	57.279	129.853	88.578	260.951	1.052
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	655.426	778.354	777.290	862.647	828.483	894.665	890.434	828.824	930.595	895.173	1.370.498	633.539
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	410.846	129.896	140.296	314.324	115.259	41.296	270.112	112.744	33.524	378.936	(296.874)	325.925

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESPÍRITO SANTO
SUBSECRETARIA DO TESOURO ESTADUAL

TABELA A2: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS (R\$ Mil)

RECEITAS	Fevereiro/2012	Março/2012	Abril/2012	Mai/2012	Junho/2012	Julho/2012	Agosto/2012	Setembro/12	Outubro/12	Novembro/12	Dezembro/12	Janeiro/13
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.055.098	846.078	844.865	1.102.782	860.076	865.449	1.089.305	858.790	869.053	1.211.643	1.791.581	886.943
RECEITAS CORRENTES	1.010.059	828.137	831.992	1.091.325	844.796	839.794	1.072.230	841.228	853.438	1.183.350	925.055	879.871
RECEITA TRIBUTÁRIA	483.282	533.011	543.120	532.362	568.887	555.423	524.606	588.914	551.507	592.018	586.310	593.896
Impostos	453.890	504.212	515.295	503.407	537.499	508.478	474.481	542.919	503.160	548.818	551.118	560.437
ICMS	421.143	457.227	443.395	427.654	482.887	460.518	429.477	501.948	462.191	509.459	486.588	529.117
ICMS (Valor Bruto)	680.443	736.824	707.990	685.160	771.846	741.409	701.795	802.216	753.219	816.660	799.084	844.986
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	87.617	93.006	84.887	83.248	93.840	93.139	93.139	97.338	99.964	100.911	107.793	-
(-) Transferências aos Municípios	171.683	186.591	179.708	174.258	195.119	187.751	179.179	202.930	191.065	206.289	204.703	102.370
IPVA	4.946	13.275	39.214	41.610	16.702	10.219	7.157	4.392	4.419	2.255	1.274	-
IPVA (Valor Bruto)	12.377	33.193	98.036	104.022	41.755	25.535	17.890	10.995	11.215	7.114	5.575	213.499
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	1.239	3.323	9.804	10.402	4.176	2.553	1.789	1.100	1.191	723	746	4.188
(-) Transferências aos Municípios	6.193	16.595	49.019	52.010	20.878	12.764	8.944	5.502	5.605	4.136	3.555	12.431
ITCD	1.510	2.126	1.853	1.768	1.913	2.241	2.432	2.025	2.483	2.592	2.359	-
ITCD (Valor Bruto)	1.897	2.674	2.327	2.222	2.398	2.818	3.053	2.549	3.120	3.253	2.959	1.374
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	386	548	474	454	484	578	620	525	637	661	600	6.869
Outros Impostos	26.291	31.584	30.833	32.376	35.997	35.500	35.414	34.554	34.067	34.512	60.897	1.358
Taxas	29.392	28.799	27.825	28.955	31.388	46.945	50.125	45.995	48.346	43.201	35.193	1.706
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	19.763	19.456	22.273	19.684	21.332	22.295	21.929	21.684	34.965	9.821	41.013	348
Contribuições Sociais	19.763	19.456	22.273	19.684	21.332	22.295	21.928	21.684	34.965	9.821	41.013	-
Contribuições Econômicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(0)	0	25.773
RECEITA PATRIMONIAL	37.973	31.542	41.571	31.223	23.086	35.348	34.357	24.666	38.614	25.359	33.414	-
Receitas Imobiliárias	20	19	35	26	28	27	27	29	22	29	38	33.459
Receitas de Valores Mobiliários	37.946	31.496	41.513	31.172	23.035	35.297	34.305	24.617	38.572	25.310	33.355	-
Receita de Concessões e Permissões	7	27	23	25	23	25	25	20	20	20	21	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	1	1	5	76	1	0	5	0	0	1	45	14.355
Receita da Produção Vegetal	1	0	5	76	1	0	5	0	0	1	1	14.355
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	0	1	0	76	0	0	0	0	0	0	45	-
RECEITA INDUSTRIAL	845	739	738	964	502	780	772	489	673	639	564	-
Receita da Indústria de Transformação	845	739	738	964	637	780	772	489	673	639	564	27.035
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	(135)	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	2.096	2.692	2.494	3.581	3.564	4.282	3.159	2.596	3.294	2.747	2.634	26.990
Receita de Serviços	2.096	2.692	2.494	3.581	3.564	4.282	3.159	2.596	3.294	2.747	2.634	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	447.130	221.854	201.015	478.289	205.078	191.248	461.493	182.594	199.573	531.066	221.719	-
Transferências Intergovernamentais	445.937	220.951	199.314	477.011	203.843	189.870	459.410	179.096	189.385	524.977	222.934	21
FPE	55.667	76.661	67.455	75.444	64.380	48.077	53.052	46.419	49.276	66.605	75.284	-
FPE (Valor Bruto)	69.584	95.826	84.319	94.305	80.475	60.096	66.315	58.024	61.595	83.256	94.105	-
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	13.917	19.165	16.864	18.861	16.095	12.019	13.263	11.605	12.319	16.651	18.821	-
IP	13.812	12.302	13.053	14.774	13.199	12.308	13.605	13.758	13.298	13.462	15.458	-
IP (Valor Bruto)	23.019	20.503	21.755	24.624	21.998	20.514	22.674	22.931	22.163	22.437	25.764	-
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	3.453	3.075	3.263	3.694	3.300	3.077	3.401	3.440	3.324	3.366	3.865	-
(-) Transferências aos Municípios	5.755	5.126	5.439	6.156	5.500	5.129	5.669	5.733	5.541	5.609	6.441	-
LEI 87/96	(4.512)	(4.296)	(4.052)	4.157	4.157	4.157	4.157	-	8.313	4.157	4.157	-
LEI 87/96 (Valor Bruto)	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	-	10.392	5.196	5.196	0
(-) Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	-	2.078	1.039	1.039	0
(-) Transferências aos Municípios - CIDE	-	1.516	-	-	-	-	-	-	-	296	-	-
(-) Transferências aos Municípios - ROYALTIES	9.708	9.492	9.248	10.213	9.941	10.064	8.892	8.327	9.266	8.655	10.071	-
Outras Transferências Correntes	380.970	136.284	122.858	392.849	132.049	137.056	397.488	127.245	128.059	449.408	138.106	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	733	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	1.193	903	1.701	1.279	1.235	1.379	2.083	3.498	9.455	6.090	(1.214)	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	272
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.970	18.841	20.776	25.147	22.345	30.417	25.910	20.285	24.812	21.698	39.356	272
Multas e Juros de Mora	7.881	8.505	8.886	9.894	8.169	9.847	13.157	10.417	11.413	11.537	21.173	-
Indenizações e Restituições	4.024	2.667	3.117	5.559	3.816	9.227	1.606	9.227	2.625	3.471	4.994	-
Receita da Dívida Ativa	4.740	5.178	5.765	5.011	4.087	4.832	6.463	4.775	5.238	4.302	5.876	-
Receitas Correntes Diversas	2.325	2.492	3.008	4.683	6.274	6.510	2.614	3.488	5.537	2.389	7.313	-
RECEITAS DE CAPITAL	45.038	17.942	12.873	11.457	15.280	25.655	17.075	17.562	15.615	28.293	866.526	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	26.828	229	75	-	3.392	4.644	5.443	4.374	5.012	6.626	854.561	-
Operações de Crédito Internas	26.828	229	75	-	3.392	862	-	1.499	-	-	849.270	2.489
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	3.782	5.443	2.875	5.012	6.626	5.290	2.489
ALIENAÇÃO DE BENS	905	86	0	1.141	8	1.055	3	808	303	13	10	-
Alienação de Bens Móveis	905	86	-	1.139	7	1.055	1	805	297	-	0	221.227
Alienação de Bens Imóveis	-	0	0	1	1	0	2	3	6	13	10	219.326
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	(0)	24	0	-	-	-	-	-	31	69.607
Amortizações de Empréstimos	-	-	(0)	24	0	-	-	-	-	-	31	87.009
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	1.415	2.652	233	214	9.440	1.202	893	544	10.744	764	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	1.414	-	-	(672)	(1)	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.402
RECEITAS	Fevereiro/2012	Março/2012	Abril/2012	Mai/2012	Junho/2012	Julho/2012	Agosto/2012	Setembro/12	Outubro/12	Novembro/12	Dezembro/12	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.649
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.415
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	1.415	1.238	233	887	9.441	1.202	893	544	10.744	764	-

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESPÍRITO SANTO
SUBSECRETARIA DO TESOURO ESTADUAL

Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	17.305	16.211	10.146	10.059	11.665	10.516	10.427	11.487	9.756	10.910	11.160	11.160	3.662
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.104
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	17.305	16.211	10.138	10.059	11.665	10.516	10.427	11.487	9.756	10.910	11.160	11.160	-
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	91.560	107.319	123.162	112.733	117.840	118.193	117.575	120.542	145.197	101.809	177.779	177.779	-
RECEITAS CORRENTES	91.560	107.319	123.162	112.733	117.840	118.193	117.575	120.542	145.197	101.809	177.779	177.779	-
RECEITA TRIBUTÁRIA	-	-	-	-	-	(45)	-	45	-	-	-	-	-
IPVA	-	-	-	-	-	(45)	-	45	-	-	-	-	9
Taxas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.992
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	90.704	106.354	122.227	111.794	115.386	117.193	115.760	119.287	143.371	93.792	173.193	173.193	145.071
Contribuições Sociais	90.704	106.354	122.227	111.794	115.386	117.193	115.760	119.287	143.371	93.792	173.193	173.193	-
RECEITA DE INDUSTRIAL	397	599	648	671	923	560	496	668	825	547	1.176	1.176	-
Receita da Indústria de Transformação	397	599	648	671	923	560	496	668	825	547	1.176	1.176	-
RECEITA DE SERVIÇOS	459	366	287	268	1.530	485	1.316	543	809	82	1.438	1.438	-
Serviços Comerciais	459	366	287	268	1.530	485	1.316	543	809	82	1.438	1.438	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0	0	0	0	0	0	2	0	192	7.387	1.972	1.972	-
Multas e Juros de Mora	0	0	0	0	0	0	2	0	192	7.387	1.972	1.972	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (II+III)	1.146.658	953.397	968.027	1.215.515	977.916	983.642	1.206.880	979.333	1.014.250	1.313.452	1.969.360	1.969.360	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.901
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.146.658	953.397	968.027	1.215.515	977.916	983.642	1.206.880	979.333	1.014.250	1.313.452	1.969.360	1.969.360	-
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	67.693	-	-	73.423	-	-	-	20.598
TOTAL (VII) = (V+VI)	1.146.658	953.397	968.027	1.215.515	977.916	1.051.335	1.206.880	979.333	1.087.673	1.313.452	1.969.360	1.969.360	11.189
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.982
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.021
Operação de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.406

Fonte: GECON/SEFAZ
Elaboração: GECEM/SEFAZ

TABELA A3: DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – DESPESAS (R\$ Mil)

DESPESAS	Fevereiro/2012	Março/2012	Abril/2012	Mai/2012	Junho/2012	Julho/2012	Agosto/12	Setembro/12	Outubro/12	Novembro/12	Dezembro/12	Janeiro/13
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	752.967	795.158	778.736	878.020	831.574	915.515	907.946	827.007	950.413	898.082	1.557.067	644.404
DESPESAS CORRENTES	536.073	628.344	611.276	669.305	641.266	712.390	667.488	664.984	694.398	691.758	971.386	519.919
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	377.877	392.130	411.441	424.383	410.017	454.455	420.237	421.159	430.854	439.526	618.152	445.760
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.843	14.301	13.676	10.900	13.752	14.578	11.178	14.082	13.758	12.354	13.911	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	147.353	221.913	186.160	234.021	217.497	243.357	236.073	229.743	249.785	239.878	339.323	11.534
Transferências a Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	147.353	221.913	186.160	234.021	217.497	243.357	236.073	229.743	249.785	239.878	339.323	62.625
DESPESAS DE CAPITAL	216.894	166.814	167.460	208.716	190.308	203.125	240.459	162.023	256.015	206.324	585.681	-
INVESTIMENTOS	35.619	55.768	51.816	64.774	61.875	67.079	101.201	55.945	126.706	87.711	189.137	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	170.839	100.750	108.736	134.530	121.918	122.691	131.642	94.538	121.577	106.246	183.106	62.625
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.436	10.296	6.908	9.412	6.515	13.355	7.615	11.539	7.732	12.367	213.438	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124.484
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.052
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	90.577	108.187	117.646	119.017	118.519	118.711	117.207	120.643	120.103	127.191	152.073	-
DESPESAS CORRENTES	90.577	108.187	117.646	119.017	118.519	118.711	117.207	120.643	120.103	127.191	152.073	114.215
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	89.964	107.492	116.752	118.064	115.716	117.343	115.731	119.578	118.254	118.996	149.461	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	613	695	895	953	2.803	1.367	1.477	1.065	1.850	8.195	2.612	9.217
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	843.544	903.344	896.382	997.038	950.093	1.034.225	1.025.153	947.650	1.070.516	1.025.273	1.709.140	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	13.235	12.544	17.700	11.546	12.968	17.110	16.135	14.634	17.158	14.461	14.816	-
Amortização da Dívida Interna	13.235	12.544	17.700	11.546	12.968	17.110	16.135	14.634	17.158	14.461	14.816	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124.102
Outras Dívidas	13.235	12.544	17.700	11.546	12.968	17.110	16.135	14.634	17.158	14.461	14.816	124.102
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123.800
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	302
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	856.779	915.889	914.082	1.008.584	963.061	1.051.335	1.041.289	962.284	1.087.673	1.039.734	1.723.956	-
SUPERÁVIT (XIII)	289.879	37.508	53.945	206.932	14.854	-	165.591	17.049	-	273.718	245.403	768.505
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.146.658	953.397	968.027	1.215.515	977.916	1.051.335	1.206.880	979.333	1.087.673	1.313.452	1.969.360	19.216

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

TABELA A4: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$ Mil)

ESPECIFICAÇÃO	Fevereiro/2012	Março/2012	Abril/2012	Maior/2012	Junho/2012	Julho/2012	Agosto/12	Setembro/12	Outubro/12	Novembro/12	Dezembro/12	Janeiro/13
RECEITAS CORRENTES (I)	1.310.010	1.165.058	1.190.698	1.451.660	1.195.169	1.169.572	1.388.166	1.177.728	1.184.724	1.531.391	1.282.689	1.241.500
Receita Tributária	749.938	832.563	866.520	852.228	882.857	851.720	807.787	895.821	849.423	904.184	903.146	917.700
ICMS	680.443	736.824	707.990	685.160	771.846	741.409	701.795	802.216	753.219	816.660	799.084	844.986
IPVA	12.377	33.193	98.036	104.022	41.755	25.535	17.890	10.995	11.215	7.114	5.575	12.431
ITCD	1.897	2.674	2.327	2.222	2.398	2.818	3.053	2.549	3.120	3.253	2.959	1.706
IRRF	26.291	31.584	30.833	32.376	35.997	35.500	35.414	34.554	34.067	34.512	60.897	25.773
Outras Receitas Tributárias	28.930	28.287	27.334	28.449	30.861	46.457	49.634	45.506	47.801	42.646	34.631	32.804
Receita de Contribuições	19.763	19.456	22.273	19.684	21.332	22.295	21.929	21.684	34.965	9.821	41.013	14.355
Receita Patrimonial	37.972	31.541	41.570	31.222	23.084	35.345	34.352	24.663	38.610	25.355	33.411	27.032
Receita Agropecuária	1	1	5	76	1	0	5	0	0	1	45	0
Receita Industrial	845	739	738	964	502	780	772	489	673	639	564	272
Receita de Serviços	2.096	2.692	2.494	3.581	3.564	4.282	3.159	2.596	3.294	2.747	2.634	2.489
Transferências Correntes	479.963	258.712	235.829	518.253	240.953	224.241	493.757	211.698	232.398	566.387	261.956	258.396
Cota-Parte do FPE	69.584	95.826	84.319	94.305	80.475	60.096	66.315	58.024	61.595	83.256	94.105	87.009
Transferências da LC. 87/1996	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	5.196	-	10.392	5.196	5.196	-
Transferências da L.C. 61/1989	23.019	20.503	21.755	24.624	21.998	20.514	22.674	22.931	22.163	22.437	25.764	24.415
Transferências do FUNDEB	54.341	72.711	57.268	78.427	64.585	64.827	60.925	58.928	68.111	65.621	72.401	70.843
Outras Transferências Correntes	327.823	64.476	67.291	315.701	68.699	73.608	338.646	71.815	70.137	389.876	64.490	76.129
Outras Receitas Correntes	18.968	18.841	20.775	25.145	22.345	30.414	25.908	20.285	24.811	21.697	39.355	20.597
Receitas das Empresas Estatais Dependentes	464	513	492	508	530	495	497	493	550	559	565	659
DEDUÇÕES (II)	320.752	358.359	384.121	380.477	372.161	352.530	338.429	358.641	366.874	358.340	399.552	376.346
Transferências Constitucionais e Legais	193.339	217.804	244.930	242.637	231.437	217.372	202.684	222.492	211.773	224.690	224.770	236.473
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	19.763	19.456	22.273	19.684	21.332	22.295	21.928	21.684	34.965	9.821	41.013	14.355
Servidor	19.696	19.343	22.203	19.587	21.259	22.226	21.814	21.616	34.862	9.756	40.840	14.302
Patronal	66	114	70	97	73	69	114	68	103	66	174	53
Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	-	942	587	458	458	457	565	457	623	478	906	362
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	107.651	120.157	116.331	117.698	118.934	112.405	113.252	114.008	119.514	123.351	132.863	125.156
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	989.258	806.699	806.577	1.071.182	823.008	817.042	1.049.737	819.088	817.850	1.173.050	883.136	865.154

Fonte: GECON/SEFAZ

Elaboração: GECEM/SEFAZ

TABELA A5: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DO LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL SEGUNDO A LRF (R\$ Mil)

DESPESA COM PESSOAL	FEV/2012	MAR/2012	ABR/2012	MAI/2012	JUN/2012	JUL/2012	AGO/12	SET/12	OUT/12	NOV/12	DEZ/12	JAN/13	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	410.489	445.794	468.128	480.245	471.090	498.565	478.023	485.631	481.103	491.957	678.964	450.907	5.840.897	8.159
Pessoal Ativo	270.077	302.048	314.391	326.692	319.705	344.853	327.362	328.354	324.616	334.701	474.779	305.932	3.973.508	7.567
Pessoal Inativo e Pensionistas	125.975	129.251	139.345	137.979	134.815	138.369	135.265	140.184	139.687	139.946	170.315	144.855	1.675.984	320
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	14.438	14.494	14.393	15.574	16.570	15.343	15.396	17.093	16.801	17.310	33.871	121	191.405	272
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	141.691	142.014	152.855	153.485	148.206	153.077	151.587	153.838	154.143	156.755	186.494	158.959	1.853.105	55
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	378	173	981	613	400	722	324	840	303	401	798	-	5.932	55
Decorrentes de Decisão Judicial	16.813	17.176	17.364	16.928	17.856	18.576	17.981	17.788	18.821	18.542	20.463	18.312	216.619	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.124	234	72	2.821	21	395	2.854	27	315	2.635	738	498	13.732	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	121.376	124.431	134.438	133.124	129.930	133.384	130.429	135.183	134.705	135.178	164.496	140.149	1.616.823	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	268.799	303.779	315.273	326.759	322.884	345.487	326.436	331.794	326.960	335.201	492.470	291.948	3.987.791	8.104
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	268.799	303.779	315.273	326.759	322.884	345.487	326.436	331.794	326.960	335.201	492.470	291.948	3.995.895	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	989.258	806.699	806.577	1.071.182	823.008	817.042	1.049.737	819.088	817.850	1.173.050	883.136	865.154	10.921.780	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	27,17%	37,66%	39,09%	30,50%	39,23%	42,29%	31,10%	40,51%	39,98%	28,58%	55,76%	33,75%		36,59%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	484.736	395.282	395.223	524.879	403.274	400.350	514.371	401.353	400.746	574.795	432.737	423.925	5.351.672	-
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	460.499	375.518	375.461	498.635	383.110	380.333	488.653	381.285	380.709	546.055	411.100	402.729	5.084.088	-

Fonte: GECON/SEFAZ
Elaboração: GECEM/SEFAZ

TABELA A6: DISTRIBUIÇÃO DE ICMS, IPI, IPVA E ROYALTIES AS PREFEITURAS MUNICIPAIS NO MÊS DE JANEIRO/2013 (VALOR BRUTO – em R\$)

MUNICÍPIOS	ÍNDICE 2012 (*)	ICMS NORMAL (**) - 25%	ICMS - Lei 2508 (***) - 25%	ICMS TOTAL	IPI - 25%	IPVA (****) - 50%	ÍNDICE DO FUNDO 2013	FUNDO PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS LEI Nº 8.308, DECRETO Nº1782-R DE 12/06/2006 (30%)
AFONSO CLAUDIO	0,74%	1.214,58	262,19	1.476,77	45,05	20,61	1,52%	151,68
AGUA DOCE DO NORTE	0,29%	483,86	104,45	588,31	17,95	5,32	1,25%	125,00
AGUIA BRANCA	0,35%	582,60	125,76	708,37	21,61	3,92	0,87%	86,53
ALEGRE	0,57%	929,86	200,73	1.130,59	34,49	28,79	1,87%	186,56
ALFREDO CHAVES	0,46%	760,35	164,13	924,48	28,20	33,39	1,01%	101,12
ALTO RIO NOVO	0,21%	337,38	72,83	410,21	12,51	2,16	1,11%	110,42
ANCHIETA	8,26%	13.589,15	2.933,44	16.522,59	503,99	31,23	-	0
APIACA	0,18%	299,53	64,66	364,19	11,11	25,15	1,26%	125,50
ARACRUZ	4,04%	6.655,51	1.436,70	8.092,21	246,84	90,39	-	0
ATILIO VIVACQUA	0,34%	559,56	120,79	680,35	20,75	9,54	0,95%	95,13
BAIXO GUANDU	0,60%	994,05	214,58	1.208,63	36,87	32,61	1,69%	168,77
BARRA DE SÃO FRANCISCO	0,84%	1.377,51	297,36	1.674,87	51,09	55,13	1,83%	182,76
BOA ESPERANÇA	0,34%	557,92	120,44	678,35	20,69	8,22	1,35%	135,10
BOM JESUS DO NORTE	0,16%	256,74	55,42	312,16	9,52	68,54	1,84%	184,16
BREJETUBA	0,40%	661,60	142,82	804,42	24,54	9,21	0,97%	97,33
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3,23%	5.319,14	1.148,22	6.467,36	197,28	288,89	3,69%	368,32
CARIACICA	5,70%	9.375,97	2.023,95	11.399,93	347,73	436,73	5,41%	540,69
CASTELO	0,74%	1.212,94	261,83	1.474,77	44,99	77,04	1,72%	172,07
COLATINA	1,96%	3.224,07	695,97	3.920,04	119,57	129,89	2,82%	281,68
CONC. DA BARRA	0,77%	1.263,95	272,84	1.536,80	46,88	23,54	1,37%	136,60
CONC. DO CASTELO	0,43%	706,04	152,41	858,45	26,19	5,52	0,91%	90,73
DIVINO SÃO LOURENÇO	0,16%	268,26	57,91	326,17	9,95	0,67535	0,83%	83,04
DOMINGOS MARTINS	1,06%	1.742,87	376,23	2.119,10	64,64	38,90	1,20%	119,51
DORÊS DO RIO PRETO	0,20%	335,74	72,47	408,21	12,45	15,25	0,97%	96,73
ECOPORANGA	0,80%	1.314,97	283,86	1.598,83	48,77	13,03	1,07%	106,42
FUNDÃO	0,22%	358,78	77,45	436,23	13,31	20,74	2,50%	249,31
GOVERNADOR LINDENBERG	0,39%	633,62	136,78	770,40	23,50	8,03	0,94%	93,93
GUAÇUI	0,38%	620,46	133,94	754,39	23,01	52,23	2,43%	242,91
GUARAPARI	0,83%	1.361,05	293,81	1.654,86	50,48	429,16	4,84%	483,93
IBATIBA	0,36%	597,42	128,96	726,38	22,16	41,07	2,04%	203,44
IBIRAÇU	0,27%	447,65	96,63	544,28	16,60	6,98	1,31%	130,80
IBITIRAMA	0,26%	427,90	92,37	520,27	15,87	3,22	1,07%	107,22
ICONHA	0,35%	582,60	125,76	708,37	21,61	83,01	1,16%	115,51
IRUPI	0,36%	599,06	129,32	728,38	22,22	7,90	1,06%	106,02
ITAGUAÇU	0,37%	610,58	131,80	742,39	22,65	10,08	1,23%	123,01
ITAPEMIRIM	1,90%	3.126,97	675,01	3.801,98	115,97	47,87	-	0
ITARANA	0,31%	508,54	109,78	618,32	18,86	7,48	1,11%	111,02
IUNA	0,51%	832,76	179,76	1.012,53	30,89	39,17	1,84%	183,76
JAGUARE	0,77%	1.270,54	274,27	1.544,80	47,12	17,82	1,21%	120,51
JERONIMO MONTEIRO	0,23%	373,59	80,65	454,24	13,86	4,35	1,50%	149,59
JOÃO NEIVA	0,34%	551,33	119,01	670,35	20,45	14,62	1,52%	151,88
LARANJA DA TERRA	0,33%	543,11	117,24	660,34	20,14	5,78	1,05%	104,82
LINHARES	3,92%	6.456,37	1.393,71	7.850,08	239,45	214,31	-	0
MANTENOPOLIS	0,28%	457,53	98,76	556,29	16,97	11,13	1,57%	156,38
MARATÁZES	0,30%	490,44	105,87	596,31	18,19	97,49	-	0
MARECHAL FLORIANO	0,51%	844,28	182,25	1.026,53	31,31	27,64	0,96%	96,23
MARILÂNDIA	0,39%	638,56	137,84	776,40	23,68	14,51	0,95%	94,83
MIMOSO DO SUL	0,52%	854,16	184,38	1.038,54	31,68	33,32	1,69%	169,07
MONTANHA	0,56%	916,70	197,88	1.114,58	34,00	18,34	1,11%	110,52
MUCURICI	0,33%	536,52	115,82	652,34	19,90	7,92	0,55%	55,26
MUNIZ FREIRE	0,48%	783,39	169,11	952,50	29,05	8,55	1,28%	128,10
MUQUI	0,28%	457,53	98,76	556,29	16,97	6,45	1,64%	164,07
NOVA VENECIA	1,07%	1.765,92	381,20	2.147,12	65,49	50,81	1,72%	171,77
PANCAS	0,46%	753,76	162,71	916,48	27,96	9,98	1,58%	157,98
PEDROCANARIO	0,37%	602,35	130,03	732,38	22,34	22,30	2,13%	212,84
PINHEIROS	0,67%	1.097,73	236,96	1.334,69	40,71	20,98	1,29%	129,10
PIUMA	0,39%	645,14	139,26	784,41	23,93	46,66	-	0
PONTO BELO	0,24%	399,92	86,33	486,25	14,83	5,94	0,91%	90,63
PRESIDENTE KENNEDY	0,30%	497,02	107,29	604,31	18,43	20,90	-	0
RIO BANANAL	0,63%	1.028,61	222,04	1.250,65	38,15	18,95	0,99%	99,32
RIO NOVO DO SUL	0,26%	431,19	93,08	524,27	15,99	17,42	1,35%	135,30
SANTA LEOPOLDINA	0,42%	683,00	147,44	830,43	25,33	5,87	0,97%	96,63
SANTA MARIA DE JETIBA	1,38%	2.272,81	490,62	2.763,44	84,29	43,78	1,09%	108,52
SANTA TERESA	0,62%	1.023,67	220,98	1.244,65	37,97	18,50	1,24%	123,81
SÃO DOMINGOS DO NORTE	0,35%	579,31	125,05	704,37	21,49	9,09	0,74%	73,84
SÃO GABRIEL DA PALHA	0,65%	1.071,40	231,28	1.302,68	39,74	19,61	1,77%	177,06
SÃO JOSE DO CALCADO	0,27%	449,30	96,99	546,28	16,66	14,00	1,20%	119,61
SÃO MATEUS	1,73%	2.850,48	615,32	3.465,80	105,72	147,83	-	0
SÃO ROQUE DO CANAÃ	0,33%	536,52	115,82	652,34	19,90	10,66	1,12%	111,81
SERRA	11,62%	19.125,53	4.128,55	23.254,09	709,33	631,99	-	0
SOORETAMA	0,57%	943,03	203,57	1.146,60	34,97	19,98	1,49%	148,59
VARGEM ALTA	0,49%	801,49	173,01	974,51	29,73	25,70	1,34%	133,80
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	0,70%	1.155,33	249,40	1.404,73	42,85	41,20	1,08%	107,62
VIANA	1,26%	2.078,61	448,70	2.527,31	77,09	191,08	2,20%	219,93
VILA PAVAO	0,31%	511,84	110,49	622,32	18,98	7,07	0,89%	89,13
VILA VALERIO	0,54%	892,01	192,55	1.084,56	33,08	14,12	0,87%	87,13
VILA VELHA	5,85%	9.629,42	2.078,67	11.708,09	357,13	785,91	-	0
VITORIA	19,96%	32.846,35	7.090,41	39.936,76	1.218,20	970,87	-	0
TOTAL	100,00%	164.577,36	35.526,68	200.104,04	6.103,83	5.864,04	100%	9.992,37

Valor Bruto refere-se ao valor repassado no mês, pelo Estado do Espírito Santo aos Municípios.

(*) Índice aplicado para cálculos de ICMS e IPI no exercício de 2013.

(**) No montante do ICMS NORMAL demonstrado acima, não estão incluídos os valores de R\$ 176.557,61, R\$ 345.723,04 e R\$ 121.577,49 relativos às parcelas do FUNDEB - mapa de arrecadação dos dias 24/01/13 a 28/01/13 por terem sido pagos em fevereiro de 2013.

(***) No montante do ICMS-Lei 2508 demonstrado acima, não estão incluídos os valores de R\$ 5.113.317,28, R\$ 3.155.599,53 e R\$ 35.376,70 relativos às parcelas do FUNDEB-mapa de arrecadação dos dias 24/01/13 a 28/01/13 por terem sido pagos em fevereiro de 2013.

(****) No montante do IPVA demonstrado acima, não estão incluídos os valores de R\$ 60.694,97, R\$ 60.657,79 e R\$ 61.249,68 relativos às parcelas do FUNDEB - mapa de arrecadação dos dias 24/01/13 a 28/01/13 por terem sido pagos em fevereiro de 2013.